

PUBLICAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 22

continue

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A. CONTEXTO OPERACIONAL

a. **Objeto Social:** A Iguatemi S.A. nova denominação social da Jereissati Participações S.A ("Companhia"), é em conjunto com a Iguatemi Empresa de Shopping Centers e suas controladas ("Grupo"), e terras comuns, empreendimento comercial, com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") – sob o código IGTH1 (UNIT) e IGTH3 (PAU), no qual se refere à participação societária dos investidores na prestação de serviços de administração, gestão e coordenação sociais das lojas, restaurantes, clubes, academias, hotéis, shopping centers, parques recreativos, no Brasil, nas cidades de São Paulo, no bairro Jardim Paulistano, na Rua Angelina Maffei Via, 200 - nº 200, onde a Companhia é controlada pela GJ Investimentos e Participações S.A. ("GJI"), que em 31 de dezembro de 2021 detém, das ações em circulação da Companhia, 97,6% do seu capital total. A Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. e suas controladas ("Iguatemi" ou "Iguatemi") são empresas de propósito único, cuja finalidade principal é administrar os empreendimentos da Companhia detêm, das ações em circulação da Iguatemi, 100% do seu capital total e votante. b. **Informações sobre o investimento na Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.:** A Iguatemi com sede na Rua Angelina Maffei Via, nº 200, na cidade de São Paulo - SP, tem por objeto social a exploração comercial e o planejamento de shopping centers, centros comerciais, parques de diversões, hotéis, resorts, clubes, academias, restaurantes, bares, cafés, imóveis do uso misto, a compra e venda de bens, em especial, a exploração de estabelecimentos rotacionais, a intermediação na locação de espaços promocionais, a elaboração de estudos, projetos e planejamento em promoção e merchandising, o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social e a participação em outros empreendimentos. c. **Atividade Econômica:** A Iguatemi atua como administradora dos empreendimentos comerciais ("shopping centers") são administrados conjuntamente com os seus sócios e são constituídos sob a forma de condomínio de edificação e concorrentes. Suas operações são registradas pela Iguatemi, em seus livros contábeis, na proporção da sua participação. A Iguatemi e suas controladas são detentoras de participação nos seguintes empreendimentos comerciais: Shopping Center Leblon, Shopping Center Lapa, Shopping Center Barra da Lagoa, Shopping Center Sul, Shopping Center Oeste, Shopping Center Leste, Shopping Center Nordeste, Shopping Center Centro-Sul, Shopping Center Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Os resultados operacionais da Iguatemi estão sujeitos a flutuações sazonais que afetam a indústria de shopping centers. Vendas de shopping centers geralmente aumentam em períodos sazonais, como nas semanas antes da páscoa (abril), das duas mães (maio), das três mães (junho) (que não ocorre no Brasil) e Natal (dezembro). Em agosto, há altas demandas para aluguel de lojas (tanto no Brasil como no exterior) e natal (dezembro). Além disso, a grande maioria dos arrendamentos dos shoppings da Iguatemi paga o aluguel duas vezes em dezembro sob seus respectivos contratos de locação. A Iguatemi e suas controladas são detentoras de participação em determinados empreendimentos imobiliários, sendo: na sua maioria shopping centers, parques recreativos, hotéis, restaurantes e Centros Urbanos do Brasil. A seguir os shoppings e torres comerciais em operação:

	Participação %			
	31.12.2019		31.12.2020	
	Direta	Indireta	Total	Total
Shopping Center Iguaçu São Paulo ("SCISP")	46,21	12,37	58,58	64,00
Shopping Center JK Iguaçu ("JK Iguaçu")		64,00	64,00	64,00
Shopping Center Iguaçu Campinas ("SCIC")	70,00		70,00	70,00
Shopping Center Iguaçu Porto Alegre ("SCIPA")		42,58	42,58	42,58
Shopping Center Iguaçu Brasília ("SCIBRA")	64,00		64,00	64,00
Shopping Center Iguaçu Amparo ("SCAAMP")		78,00	78,00	78,00
Market Place Shopping Center ("MPSC")		100,00	100,00	100,00
Praia de Belas Shopping Center ("PBSC")	57,35		57,35	57,35
Shopping Center Galleria ("SCGA")		53,21	100,00	100,00
Esplanada Shopping Center ("ESC")		88,00	88,00	88,00
Shopping Center Iguaçu Ribeirão Preto ("SCIRP")		88,00	88,00	88,00
Shopping Center Iguaçu São José do Rio Preto ("SCJRDP")		65,71	88,00	88,00
Shopping Center Iguaçu Esperança ("SCIESP")			65,71	65,71
Shopping Center Iguaçu São Carlos ("SCISC")	50,00	41,00	50,00	50,00
Premium Outlet Premium Novo Hamburgo ("FONAR")		54,00	54,00	54,00
fashion Outlet Santa Catarina ("FOSC")			31,00	31,00
Boulevard Campinas	77,00		77,00	77,00
Praia de Belas Prime Offices	43,78		43,78	43,78
Market Place TMP		100,00	100,00	100,00
Shopping Park Hiperodonto		11,54	11,54	11,54

Efeitos da pandemia do Covid-19: Em dezembro de 2019, um novo agente denominado como novo Corona vírus "Covid-19", foi isolado na China. Com o crescimento exponencial dos casos de contaminação pelo Covid-19 em diversas países no mundo, a Organização Mundial de Saúde classificou o Covid-19, como uma pandemia e uma crise sanitária global. A pandemia do Covid-19 trouxe impactos negativos para a economia e para a sociedade preocupada em preservar o bem estar de seus colaboradores e alinhada com os seus valores e principalmente com o seu compromisso perante seus parceiros, sociedade e as comunidades, efetuou diversas ações e iniciativas as quais foram detalhadas no Relatório de Sustentabilidade 2020. Os impactos negativos da pandemia do Covid-19 em dezembro de 2021. A Companhia segue monitorando os possíveis impactos que possam gerar efeitos significativos em suas operações.

d. Reforma do imposto de renda: No dia 26 de maio de 2021 foi apresentado pelo Poder Executivo o Projeto de Lei nº 1.337 de 2021, que altera o Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99) e o Regulamento do Imposto de Renda e Proventos de Quotas Naturais das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas (RIRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Nesse contexto, a Companhia está acompanhando, avaliando e estudando todos os impactos em sua operação e carga tributária, caso o Projeto de Lei 1.337 de 2021 seja aprovado pelo Congresso Nacional. A Companhia também está acompanhando o Projeto de Lei nº 1.337 de 2021 para avaliar os eventuais efeitos desta reforma e, **e. Reorganização societária:** Em 07 de junho de 2021, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data, deu início a um processo visando a uma reorganização societária da Companhia, com o objetivo de otimizar a estrutura societária da Companhia e da Iguatemi S.A. de 2021. A reorganização societária tem como objetivo simplificar a estrutura societária das Companhias (Iguatemi S.A. e a Iguatemi S.A. e da sua controladora Jereissati Participações S.A.), consolidando as duas companhias em uma única entidade denominada Iguatemi S.A. A reorganização societária tem como objetivo o aumento de liquidez de caixa de uma ampla capacidade de investimento e crescimento. A operação, permitiu a criação da Iguatemi S.A., nova entidade adotada pela Jereissati, que reunirá a totalidade das bases acionárias da Companhia e da Jereissati em uma única Companhia aberta, que terá suas ações negociadas, na forma de título, no mercado de capitais brasileiro. A reorganização societária da Companhia também prevê a adoção de práticas de governança substancialmente similares aquelas exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, com um "free float" estimado de 45% superior ao atual "free float" da Companhia e capacidade adicional para realizar operações de capitalização de longo prazo, como a emissão de novas ações e a captação adicional de recursos para o controle da Companhia, estando alinhado conforme notas explicativas nº 7 e 17.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Base de elaboração/Declaração de conformidade: Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras apresentadas foram obtidas a partir das demonstrações financeiras consolidadas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas são de responsabilidade da Administração da Companhia e compreender: As demonstrações financeiras individuais, identificadas como "Controladora" e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e do Conselho de Contas do Estado de São Paulo (CCE/SP) e as normas do International Financial Reporting Standards – IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas; e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar apenas as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 097, emitida pelo CFC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e do Conselho de Contas do Estado de São Paulo (CCE/SP) e as normas do International Financial Reporting Standards – IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. **Demonstração dos Fluxos de Caixa:** emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) à Companhia classifica as operações recebidas, oriundas das operações das investidas e controladas nas atividades de investimento. **Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de maio de 2021, com o voto de 12 votos a favor, 0 voto contrário e 2 votos em abstenção. **Investimentos em controle direto, indireto e controlado em conjunto (joint venture):** Searc possui controle sobre as participações societárias da Companhia referente à 31 de dezembro de 2021 e 2020;

	Participação %		
	31.12.2021	31.12.2020	
	Direta	Indireta	Total
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. ("IGTA")	100,00	-	100,00
EDGE Participações S.A. ("SP66")	86,54	-	86,54
Mutual Solutions Financeira Ltda. ("MUTUF")	-	100,00	100,00
Administradora Gaúcha de Shopping Centers S.A. ("AGSC") (a)	86,54	-	86,54
AEMP - Administradora de Empreendimentos Ltda. ("AEMP")	-	100,00	100,00
AEST - Administradora de Estacionamento Ltda. ("AEST")	-	100,00	100,00
Arnoux Shopping Ltda. ("Arnoux")	-	100,00	100,00
ATOW Administradora de Torres Ltda. ("ATOW")	-	100,00	100,00
AZ Brasil Comércio Varejista Ltda. ("AZBR")	-	100,00	100,00
CS&C1 Participações Ltda. ("CS&C1")	-	100,00	100,00
CS&C1 Participações Ltda. ("CS&C1")	-	100,00	100,00
CS&C12 Comércio Varejista Ltda. ("FOLO")	-	100,00	100,00
CS&C12 Participações Ltda. ("FOLO")	-	100,00	100,00
DV Brasil Comércio Varejista Ltda. ("DV Brasil")	-	100,00	100,00
Fleury Allogio Imóveis Ltda. ("FLEURY")	-	80,00	80,00
Galleria Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("G1GL")	-	100,00	100,00
Malu Corrêio Varejista Ltda. ("MALU")	-	100,00	100,00
Art Produções Teatrais Ltda. ("ART")	-	100,00	100,00
RESTA Porto Alegre Estacionamentos Ltda. ("RESTAP")	-	99,99	99,99
Iguatemi Estacionamentos Ltda. ("IESTA")	-	100,00	100,00
Iguatemi Leasing Ltda. ("Iguatemi Leasing")	-	100,00	100,00
Iguatemi Odebre do Brasil Ltda. ("OLAH")	-	100,00	100,00
i-Retail Serv. Consult. de Moda e Particp. Ltda. ("i-Retail")	-	100,00	100,00
Iguatemi 365 Ltda. ("I365")	-	100,00	100,00
JK Iguatemi Administração de Shopping Centers Ltda. ("JK ADM")	-	100,00	100,00
KJ Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A. ("KJIG")	-	100,00	100,00
KJ Iguatemi Estacionamentos Ltda. ("KJEST")	-	84,20	84,20
Laufi Empresa de Shopping Centers Ltda. ("Laufi")	-	100,00	100,00
Market Place Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("MPPart")	-	100,00	100,00
Market Place Torres Ltda. ("MPTT")	-	100,00	100,00
Nova Galleria Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("N1NG")	-	100,00	100,00
Odebreas SP Participações S.A. ("OSPP") (a)	-	52,00	52,00
Ork Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. ("ORKE")	-	100,00	100,00
Prata de Gelado Dock Parking Ltda. ("PDEB")	-	80,00	80,00
Riviera Comércio Varejista Ltda. ("RVIL")	-	100,00	100,00
SCIALPHA Participações Ltda. ("SCIALPHA")	-	100,00	100,00
SCIRP Participações Ltda. ("SCIRP")	-	100,00	100,00
Shopping Center Reunidos do Brasil Ltda. ("SCRB")	-	100,00	100,00
S&P Participações Ltda. ("S&SP")	-	100,00	100,00
S&P Iguatemi Empreendimentos Ltda. ("S&PI")	-	100,00	100,00
SIH I Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A. ("SPH1")	-	100,00	100,00

[illegible]

relacionados ao valor contábil do ativo líquido e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base mensurada à receita de aluguel. Ativos contingentes são reconhecidos como receita quando são auferidos. As receitas de aluguel mínimas, capacitações, considerando eventuais efeitos de câmbios, descontos etc., excluindo os aluguéis iniciais, devem ser reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato, e qualquer excesso do aluguel variável é reconhecido quando incorrido, independentemente da forma de recebimento. **Despesas de aluguel** são reconhecidas pelo valor bruto incorrido e são apropriadas ao longo do prazo do contrato, determinados *shoppings*, para o desenvolvimento de empreendimentos residenciais e comerciais, com o objetivo de alcançar futuramente as receitas do *shopping*, bem como a rentabilidade desses ativos. As negociações prevêm as celebrações de contratos com características da permuta financeira, nos quais certas obrigações de desempenho são assumidas, seja sob a forma de uma obrigação de compra ou de uma obrigação de venda. Quando a administração de condomínio dos *shopping centers*, Estabelecimento: Refere-se à receita com a exploração de estações dos *shopping centers*. Essas receitas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência, conforme utilização do espaço do estabelecimento pelo cliente, de acordo com tabela de preços por hora, por dia, por semana, por mês, por trimestre ou por ano. **Ativo financeiro**: É um ativo que representa um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro do instrumento patrimonial da outra entidade. **a) Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo líquido de custos de transação ou ao valor justo líquido de custos de transação menos uma reserva para perdas acumuladas. Os ativos financeiros no reconhecimento inicial dependem das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das cortes a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha uma expectativa de perda, os ativos financeiros são classificados em três categorias: i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e juros ou o principal em aberto. Essa avaliação é baseada em nível de risco. Os ativos financeiros com fluxos de caixa que não são exclusivamente de principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou da realização de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida); ii) Ativos financeiros em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de obter resultados abrangentes por meio de outros resultados abrangentes; e iii) Ativos financeiros estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociáveis regulares) são reconhecidos na data de negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Mensuração subsequentemente: Para fins de mensuração subsequentemente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: i) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reconhecimento de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida); iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reconificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e iv) Ativos financeiros ao custo amortizado. Os Ativos financeiros, ao custo amortizado, são mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida): Para os instrumentos de dívida, os ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes são determinados com base no custo amortizado e os ganhos e perdas acumulados no momento de valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado e calculados da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo líquido em um período de tempo é reconhecida no resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reconificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais): No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar, em caráter

[illegible][illegible]

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-	-
Bancos	300	1.092	38.930	28.613
Total	300	1.092	38.930	28.613
Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Ano de investimento nacional (i)	112.068	107.315	1.524.174	1.653.990
Ano de investimento no exterior (ii)	98.604	24.147	441.022	93.773
Aplicações financeiras compromissadas (iii)	-	-	-	53.270
Total	210.672	131.462	2.015.181	1.781.133
Total	210.972	42.598	2.064.128	1.813.885
Reserva para contingências	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

É representado por fundo de investimento de renda fixa não exclusivo, com liquidez diária e rendimentos acumulados de 5,12% até 31 de dezembro de 2021 (2,53% - 2020). A administração efetua a gestão de caixa da Companhia por meio de fundos de investimento não exclusivos, com expectativa de utilização dos recursos para o desenvolvimento dos projetos previstos. (ii) Refere-se a aplicação em um fundo de investimentos internacional de longo prazo, com aplicações em participações societárias e em outros fundos de investimentos, resultado do

PUBLICAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 25

... continuação ...		IGUATEMI S.A. (nova denominação da Jereissati Participações S.A) São Paulo - SP	
<p>nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado destes procedimentos, identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento das receitas de linearização de aluguel e cessão de direitos, o qual não foi ajustado pela Companhia devido à imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita de aluguel e de cessão de direitos, o qual está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de reconhecimento destas receitas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto. Valor recuperável dos tributos diferidos: Conforme descrito na nota explicativa 16, o saldo consolidado de tributos diferidos, provenientes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e de diferenças temporárias, cujo reconhecimento e realização estão fundamentados em estudo elaborado pela diretoria sobre a geração de lucros tributáveis futuros, e de R\$141.385 mil. A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento significativo na determinação da projeção de lucros futuros. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, bem como ao grau de julgamento utilizado pela diretoria nas projeções de lucros tributáveis futuros, e do potencial impacto que eventuais alterações nas premissas e estimativas utilizadas poderiam trazer sobre o valor desses créditos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (a) a análise das bases que deram origem aos créditos tributários sob a legislação tributária vigente; (b) a avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução das vendas e custos, projeção de outras despesas e receitas e de ajustes por diferenças permanentes e temporárias que fazem parte da determinação do lucro tributário, efeitos da atual pandemia da COVID-19 nas premissas utilizadas, planejamentos tributários, alíquotas dos tributos e os cálculos aritméticos; (c) a comparação de certos dados das projeções, quando disponíveis, com outras fontes externas e afirmamento dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelos órgãos competentes da Companhia; (d) a comparação da assertividade de projeções realizada em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia no exercício; (e) o recálculo das projeções considerando cenários históricos e avaliando os riscos de não realização no tempo esperado, ou de extensão do período limite para o consumo dos respectivos créditos; e (f) a revisão das divulgações efetuadas na nota explicativa 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos créditos tributários diferidos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas utilizados para a determinação do valor de realização dos créditos tributários diferidos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto. Reorganização societária: Conforme descrito na nota explicativa 1.e, a controladora Iguatemi S.A. (nova denominação da Jereissati Participações S.A. e IGTT) e a sua controlada Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (IESC), aprovaram junto aos seus acionistas por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a criação da Iguatemi S.A. que agora reúne a totalidade das bases acionárias da IESC e IGTT em uma única companhia aberta. A conclusão dessa reorganização societária foi concluída em 15 de outubro de 2021, resultando no aumento da participação da IGTT na IESC. A determinação da quantidade de ações ordinárias de emissão da IGTT, consideradas na "Relação de subestração" e que foram destinadas aos acionistas não controladores da IESC, foi calculada por uma empresa independente de avaliação, o qual considerou um prêmio de 16,4% sobre a média ponderada do valor de mercado das ações da IESC nos 30 (trinta) pregões anteriores a 8 de junho de 2021, data imediatamente seguinte à divulgação da Operação. As transações societárias foram realizadas com base nos balanços patrimoniais "a valor patrimonial" da IESC e da Jereissati (antiga denominação social da IGTT), consequentemente, nenhum impacto foi registrado no resultado da Companhia, uma vez que a transação foi realizada entre os sócios. Devido à relevância desse processo, a necessidade de controles auxiliares para determinar os valores a serem reconhecidos e o julgamento envolvido, os quais podem afetar os montantes reconhecidos nas</p>		<p>demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: a) a verificação da documentação e atos societários relacionados à integralização de capital e emissão de novas ações; b) a verificação das premissas e fontes de informações utilizadas para identificar os saídos e transações relacionadas à integralização de capital refletidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; c) a avaliação da adequação dos critérios para reconhecimento contábil dos resultados advindos da reorganização societária e realizamos testes documentais para concluir se a contabilização dessas transações foi efetuada apropriadamente e no período de competência correto; e d) a avaliação da adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o registro dos efeitos da reorganização societária, o qual está consistente com a avaliação da diretoria. Consideramos que as análises e conclusões adotadas pela diretoria, assim como a respectiva divulgação nas Notas Explicativas, são aceitáveis. No contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outros assuntos • Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (IVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Sim, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria</p>	
		<p>contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção da distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p>	
		<p>São Paulo, 15 de março de 2022.</p>	
		<p>ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519-0-6</p>	
		<p>Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata Contador CRC-1SP209240-0-7</p>	

